

2021.01.21

**As causas da democracia e transparência são uma luta constante.  
O exemplo do Projeto do Rossio de Aveiro**

O Presidente de Câmara escondeu dos aveirenses a verdadeira intenção sobre a requalificação do Rossio. Foi fazendo obras, como a nova ponte de S. João ou alterações ao PDM – Plano Diretor Municipal, que suportassem o fluxo de viaturas e construção naquela área, bastante frágil, da cidade; usa a repugnante “estratégia de terra queimada” (deixando que o Rossio passe a ser uma vergonha pela sua inoperância no cuidado mínimo daquele jardim urbano); não colocou a sufrágio no Programa Eleitoral; afirmou categoricamente que seria um investimento privado e se tivesse de gastar dinheiro público na obra, a obra não avançaria; ouve quem aplaude ou diz-lhe “ámen” e ignora, tenta ridicularizar e persegue quem tem outras perspetivas e soluções. Um clássico dos autocratas, que têm de ser retirados do poder na democracia!

A requalificação do Rossio – uma necessidade há muito urgente! – no âmbito do PEDUCA. O PS reafirma: ontem era tarde para requalificar este espaço como jardim verde urbano; quanto à cave, permanece a posição contra sustentada em quatro pontos cruciais: o processo; a legitimidade democrática; os impactos do projeto; a viabilidade financeira.

Por isso, esta adjudicação é o cantar do cisne! O Presidente da Câmara revela o que é neste buraco e os aveirenses que estão cansados de serem enganados não pactuarão!

**1 – O processo**

As potencialidades de Aveiro sugerem-nos uma primeira reflexão sobre alguns eixos de pensamento que suportarão as questões e ilações sobre o projeto em causa.

Pretendemos e defendemos um Plano integrado para as várias idiosincrasias neste território da cidade.

As transformações da vida das cidades são mudanças na vida das pessoas; envolvem-nas nos problemas e podem potenciar novas soluções. Importa, também, ter presentes as envolventes aos projetos e a sua articulação, dos quais emanam impactos nas diversas atividades, que suscitam a atenção e resposta municipais qualificadas e concertadas para as diferentes dimensões: comércio, habitação, ambiente, cultura, natureza paisagística (natural, design urbano, arquitetura,...), turismo e mobilidade (nos diversos modos e com as respetivas pressões por saturação). É fundamental clarificar quais os custos para os aveirenses, quer nos impactos imediatos, quer no caderno de encargos e planos de negócios, enquanto elementos que influenciarão qualquer decisão discernente destas intervenções.

O Partido Socialista tem uma afirmação clara sobre o que defende para Aveiro e para os Aveirenses:

- a) As pessoas, o seu bem-estar, qualidade de vida (serviços, habitação, paz social), cultura, ambiências;
- b) O Rossio é património ambiental, só pode continuar a ser um jardim verde urbano, aprazível, convidativo para estar e usufruir, para quem vive e para quem visita;
- c) A cidade de Aveiro tem de ser uma cidade com futuro sustentável, amiga das pessoas, a todos os níveis, com condições únicas para estar na linha na vanguarda da descarbonização e utilização de modos suaves.

Este processo reflete um processo de governança da coisa pública demasiado ultrapassado, gerido contra a vontade das pessoas por teimosia sem sensibilidade sócio-cultural.

## 2 – A legitimidade democrática

Esta intervenção na cidade não fez parte do programa eleitoral.

Na reunião de 8 de abril de 2018, em que foi votado o relatório do concurso de ideias, o PS recomendou à Câmara a promoção e efetivação de debate sobre todos os projetos estruturantes para o município de Aveiro e para a cidade de Aveiro, a realizar em Assembleia Municipal e com Referendo Municipal, garantindo todos os requisitos que a figura constitucional determina.

A 31 de Julho de 2018, o Partido Socialista enviou ao Sr. Presidente da Câmara o seu posicionamento político oficial sobre a requalificação da Praça General Humberto Delgado ao Jardim do Rossio.

Em janeiro de 2019 também foi apresentado documento de apreciação aos estudos prévios.

## 3 – Os impactos do projeto

É discutível o que já há de estratégia para o turismo, para a mobilidade, para a cultura. Não é aceitável a ausência de um plano cuidado para a habitação, para os residentes, para as questões sociais específicas da Beira-Mar e adjacentes.

Todas as envolventes ao Rossio (face ao assumido conceptual e historicamente - o “coração da cidade de Aveiro”) exigem, por conseguinte, um olhar estratégico nos procedimentos subsequentes a este concurso. Não é aceitável, para um projeto sério de cidade, conceber uma proposta para o Rossio, sem ter uma visão abrangente de planeamento urbano, necessariamente pluridisciplinar e em conjunto com a Rua Clube dos Galitos, Cais do Paraíso, Alboi, Moliceiros, Avenida Lourenço Peixinho, Beira Mar, Praça do Peixe, Cais dos Botirões, antiga Lota, Canal de S. Roque,... com a interligação de sectores de atividade e tendo como objetivo principal garantir a qualidade de vida dos moradores e comerciantes em primeiro lugar, não deixando de ser aprazível para visitantes.

Tendo presente as envolventes, emanam os impactos nas diversas atividades e planos municipais para o comércio, habitação, ambiente, cultura, natureza paisagística (natural, design urbano, arquitetura,...), turismo e mobilidade, nos diversos modos de transporte e com as respetivas pressões por saturação, nomeadamente dos veículos individuais motorizados e dos veículos de transporte de passageiros.

Verificamos que não há na opinião pública uma aceitação consensual ou democraticamente validada para que tal (cave) iniciativa seja aprovada por um órgão que não submeteu a sufrágio em devido tempo.

#### 4 – (in)Viabilidade financeira

O Estudo Prévio do Projeto do Rossio aponta para uma Estimativa de Custo da obra de cerca de 8,6 milhões de euros (+ IVA). É importante interpretarmos com rigor o custo financeiro para os Aveirenses que hoje é apresentado.

Foi afirmado que o financiamento seria assegurado por um investidor privado como contrapartida da exploração do parque de estacionamento (será a maior parte do valor), que o Estudo Prévio confirma como técnica e financeiramente viável, assim como por Fundos Comunitários do Programa Regional Centro 2020, ao qual a CMA já apresentou candidatura no final de dezembro de 2018.

Portanto, contrariando o inicialmente previsto no Estudo Prévio do Parque de Estacionamento do Rossio de a construção do mesmo ser assegurada por um investidor privado como contrapartida da exploração do parque, fomos confrontados com uma decisão da maioria PSD + PP de onerar a tesouraria municipal com um gasto desnecessário.

Uma obra adjudicada 11 710 999 (mais IVA!) a comparticipação a pagar pelo concessionário de 3.340.000 €, o valor a suportar pela Câmara Municipal de Aveiro será de 8.370 999 €, ao qual será abatido a parcela a receber da UE a fundo perdido de aproximadamente 1.500.000 €.

Feitas as contas, e incompreensivelmente, o Presidente da Câmara irá limitar a capacidade de investimento da CMA e vai enterrar, contra vontade dos aveirenses e à custa do nosso bolso, cerca de 7 000 000 €, esquecendo-se de um conjunto de necessidades dos munícipes aveirenses cuja execução se perde na duração dos mandatos da atual maioria já vai em 14 anos!

Em conclusão, o estudo de viabilidade económico e financeira estabelece hoje que o Município de Aveiro é que paga este projeto, entregando por 40 anos a lucros de um privado. E o privado fica também com o Parque do Mercado Manuel Firmino!

Para além da incoerência, da falta de rigor, ficam os aveirenses sem possibilidade de dispor de 7 000 000€. É muito dinheiro! Aveiro vê o seu dinheiro, proveniente dos impostos, entregue a um privado. Não há dinheiro para transportes públicos; poupou-se na concessão da recolha dos resíduos sólidos urbanos; não é paga a dívida que liberte o Município de défice excessivo; não temos zonas industriais qualificadas; foi recusado baixar o IMI para 0,38 não havia dinheiro; não há dinheiro para arranjar passeios, para resolver em definitivo as questões do saneamento básico, mas há milhões para “doar” a um privado. Vá lá saber-se porquê!

No nosso ponto de vista, trata-se da imposição de uma obra vergonhosa de má vontade contra o futuro de Aveiro e que os Aveirenses não esquecerão.